



Técnico em Contabilidade

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta esferográfica de tubo transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Legislação e de 21 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito, conforme subitem 13.16 do Edital.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2026.

Inscrição

Sala

01 Era uma festa. Comemorávamos a vinda de um bebê que ainda morava na barriga da mãe.
02 Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.
03 Ela tentava colocar o dedo gorducho no buraco para que a água se espalhasse, como tinha visto
04 uma criança mais velha fazer. Parecia encantada com a possibilidade de controlar a água. Tem 1
05 ano e oito meses, cabelos cacheados que lhe dão uma aparência de anjo barroco e uns olhos
06 arregalados. Com olheiras, Catarina é um bebê com olheiras, embora durma bem e muito. De
07 repente, ela enrijeceu o corpo e deu um grito: “A menina.... A menina.... Quebrou”.

08 Era um grito de horror. O primeiro que eu ouvia dela. Animação, manha, dor física, tudo
09 isso eu já tinha ouvido de sua boca bonita. Aquele era um grito diferente. Não parecia um tom que
10 se pudesse esperar de alguém que ainda precisava se esforçar para falar frases completas. Catarina
11 estava aterrorizada. “A menina... A menina...” Ela continuava repetindo. Olhei para os lados e
12 demorei um pouco a enxergar o que ela tinha visto em meio a tanta gente. Uma garota, de uns 10,
13 12 anos, talvez, com uma perna engessada. “Quebrou...” Catarina repetia. “A menina... quebrou.”

14 Ela não olhava para mim, como costuma fazer quando espera que eu esclareça alguma
15 novidade do mundo. Era mais uma denúncia. Pelo resto da festa, ela gritou a mesma frase, no
16 mesmo tom aterrorizado, sempre que a menina quebrada passava por perto. Nos aproximamos da
17 garota, para que Catarina pudesse ver que ela parecia bem, e que os amigos se divertiam
18 escrevendo e desenhando coisas no gesso, mas nada parecia diminuir o seu horror. Os adultos
19 próximos tentaram explicar a ela que era algo passageiro. Mas ela não acreditava. Naquele sábado
20 de janeiro Catarina descobriu que as pessoas quebravam.

21 Eu a peguei, olhei bem para ela, olho no olho, e tentei usar minha suposta credibilidade de
22 madrinha: “A menina caiu, a perna quebrou, agora a perna está colando, e depois ela vai voltar a
23 ser como antes”. Catarina me olhou com os olhos escancarados, e eu tive a certeza de que ela não
24 acreditava. Ficamos nos encarando, em silêncio, e ela deve ter visto um pouco de vergonha no
25 assoalho dos meus olhos. Era a primeira vez que eu mentia pra ela. E dali em diante, ela talvez
26 intuisse, as mentiras não cessariam. Naquela noite, depois da festa, fui dormir envergonhada.

27 O que eu poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha
28 acabado de descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram,
29 você também pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de
30 você. Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E
31 doer muito mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas,
32 em outras fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de
33 medo, Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que
34 são indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e
35 para o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite, eles sabem.

36 E, Catarina, você tem toda a razão de duvidar. Depois de quebrar, nunca mais voltamos a
37 ser como antes. Haverá sempre uma marca que será tão você quanto o tanto de você que ainda não
38 quebrou. Viver, Catarina, é rearranjar nossos cacos e dar sentido aos nossos pedaços, os novos e os
39 velhos, já que não existe a possibilidade de colar o que foi quebrado e continuar como era antes. E
40 isso é mais difícil do que aprender a andar e a falar. Isso é mais difícil do que qualquer uma das
41 grandes aventuras contadas em livros e filmes. Isso é mais difícil do que qualquer outra coisa que
42 você fará. (...)

Adaptado de: BRUM, Eliane. A menina quebrada. Revista Época. 28/01/2013. Disponível em
<<http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/a-menina-quebrada/>>. Acesso em 18 jan.
2026.

01. Da leitura do texto, é correto afirmar que:
- A) as pessoas precisam aprender a lidar com as marcas que ficam depois que elas quebram.
 - B) assim como a menina quebrada, Catarina um dia também irá fraturar uma perna ou um braço.
 - C) algumas pessoas não quebram porque são poderosas o suficiente para controlar o curso da vida.
 - D) o fato de que não voltarmos a ser como antes depois de quebrar revela nossa incapacidade de superação.
02. No trecho “Eu havia acabado de segurá-la para que ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.” (linha 02), o termo em destaque refere-se a:
- A) uma bebê recém-nascida.
 - B) uma criança mais velha.
 - C) a afilhada da narradora.
 - D) a menina quebrada.
03. No trecho “Era mais uma **denúncia**” (linha 15), a palavra que, caso substituísse o termo destacado, melhor conservaria seu sentido seria:
- A) incriminação.
 - B) indagação.
 - C) negação.
 - D) asserção.
04. Assinale a alternativa que ordena os termos do geral para o particular.
- A) mãe (linha 01) / bebê (linha 01).
 - B) bebê (linha 06) / Catarina (linha 06).
 - C) menina (linha 07) / criança (linha 04).
 - D) perna (linha 29) / membros (linha 30).
05. Sobre a organização do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que ele se desenvolve preferencialmente a partir:
- A) do confronto entre as ideias da autora e de sua afilhada sobre uma garota.
 - B) do detalhamento da ideia expressa no tópico frasal sobre o grito da menina.
 - C) da comparação entre as brincadeiras da menina e as das crianças mais velhas.
 - D) da explicação dos adultos sobre a situação da garota que tinha a perna engessada.
06. Assinale a alternativa em que o advérbio destacado, apesar da mudança de posição, continua modificando o mesmo elemento sobre o qual incide no trecho: “Uma garota, de uns 10, 12 anos, **talvez**, com uma perna engessada” (linha 12-13).
- A) **Talvez**, uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
 - B) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna, **talvez**, engessada.
 - C) Uma garota, de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada, **talvez**.
 - D) Uma garota, **talvez** de uns 10, 12 anos, com uma perna engessada.
07. No início do texto, a autora nos revela uma grande descoberta que impacta sua afilhada. Entre os recursos utilizados para expressar a surpresa da menina com sua descoberta, pode ser apontado (a):
- A) O uso de reticências na representação da fala da menina.
 - B) A descrição da festa de que as personagens participavam.
 - C) A observação de que a menina tinha um sono de qualidade.
 - D) O uso do pretérito imperfeito na descrição das ações da menina.

08. Assinale a alternativa em que o verbo em destaque está conjugado no mesmo tempo e modo verbal que o destacado no trecho: “O que eu **poderia** dizer a você, Catarina?” (linha 27).
- A) “Eu **havia** acabado de segurá-la...” (linha 02).
 - B) “...alguém que ainda **precisava** se esforçar...” (linha 10).
 - C) “...as mentiras não **cessariam**.” (linha 26).
 - D) “A verdade você já **sabia**...” (linha 27).
09. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque exerce a mesma função sintática que a destacada no trecho: “Catarina estava **aterrorizada**.” (linhas 10-11).
- A) “... Catarina é **um bebê** com olheiras ...” (linha 06).
 - B) “...ela enrijeceu **o corpo**...” (linha 07).
 - C) “... **tudo isso** eu já tinha ouvido de sua boca bonita.” (linhas 08-09).
 - D) “Nos aproximamos **da garota**...” (linhas 16-17).
10. Assinale a alternativa em que o vocábulo **que** classifica-se do mesmo modo que no trecho: “Comemorávamos a vinda de um bebê **que** ainda morava na barriga da mãe.” (linha 01).
- A) “Eu havia acabado de segurá-la para **que** ela passasse a pequena mão na água da fonte do jardim.” (linha 02).
 - B) “...esperar de alguém **que** ainda precisava se esforçar para falar frases completas.” (linha 10).
 - C) “quando espera **que** eu esclareça alguma novidade do mundo.” (linhas 14-15).
 - D) “Catarina pudesse ver **que** ela parecia bem” (linha 17).

Legislação

11. Os Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 caracterizam-se por sua natureza estruturante do Estado brasileiro. Assinale a alternativa correta.
- A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República.
 - B) O princípio da separação dos Poderes integra apenas a Organização do Estado, não sendo considerado princípio fundamental.
 - C) Os princípios fundamentais possuem caráter meramente programático e não produzem efeitos jurídicos diretos.
 - D) A prevalência dos direitos humanos é princípio exclusivo das relações internas do Estado brasileiro.
12. No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.
- A) Os Municípios não integram a Federação.
 - B) O Distrito Federal possui Constituição própria.
 - C) Os Estados podem incorporar-se entre si não podendo, contudo, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais.
 - D) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

13. Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:
- A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
 - B) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
 - C) O Código de Ética não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão.
 - D) O servidor pode omitir informação quando entender conveniente ao interesse pessoal.
14. Segundo o que determina o Estatuto da Universidade Federal do Ceará pode-se afirmar que:
- A) A autonomia universitária compreende: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
 - B) Comporá o Conselho Universitário dois representantes das coordenações dos cursos de graduação, escolhidos, com os suplentes, dentre os respectivos coordenadores, sob a coordenação e supervisão da Pró-Reitoria de Graduação.
 - C) A organização e o funcionamento da Universidade rege-se apenas pelas disposições constantes do Estatuto e do Regimento Geral e pelos regimentos específicos, que complementarão o Regimento Geral.
 - D) A Universidade organizar-se-á com observância ao princípio da reserva legal.
15. Segundo o Regimento Geral da UFC, está correto o que se afirma em:
- A) Os órgãos colegiados superiores exercem, primordialmente função julgadora.
 - B) Os colegiados deliberativos da Universidade reunir-se-ão ordinariamente, pelo menos 01 (Uma) vez por semestre, na forma do que seja previsto em regimento ou em normas próprias, e, extraordinariamente, sempre que necessário, respeitados os casos especiais previstos no Estatuto e no Regimento Geral da UFC.
 - C) A hora-crédito não poderá alcançar menos de 50 (cinquenta) minutos de trabalho efetivo, podendo a Universidade determinar, mediante normas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que a sua duração ultrapasse esse limite em atividade de laboratório, de biblioteca, de campo e em outras que venham a ser previstas.
 - D) O ano letivo regular inicia-se em fevereiro e estender-se-á até janeiro do ano seguinte, não podendo nele as atividades escolares ocuparem menos de 100 (cem) dias de trabalho efetivo, excluindo o tempo reservado a exames finais.
16. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjsh Mada, em Yogyakarta, na Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação a:
- A) Tráfico Internacional de Crianças e Adolescentes.
 - B) Orientação Sexual e Identidade de Gênero.
 - C) Programa Trabalho Justiça e Cidadania.
 - D) Direito dos Animais.

17. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Para os fins do Decreto Nº 4.377 de 13 de setembro de 2002, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.
- B) No Decreto Nº 65.810 de 8 de dezembro de 1969, a expressão "discriminação racial" significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.
- C) A Convenção 169 da OIT, conhecida como Convenção sobre povos indígenas e tribais de 1989, estabelece que esses povos terão o direito de manter seus costumes e instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais previstos no sistema jurídico nacional e com direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que necessário, deverão ser estabelecidos procedimentos para a solução de conflitos que possam ocorrer na aplicação desse princípio. A presente Convenção será vinculante para todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho.
- D) Reza o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que para a obtenção dos seus fins, todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e recursos naturais, sem prejuízo das obrigações que derivam da cooperação econômica internacional baseada no princípio do benefício recíproco, assim como do direito internacional. Em nenhum caso, se poderá privar um povo dos seus próprios meios de subsistência.

18. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- B) Os concursos públicos podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, mas essa restrição só é admitida quando a função demanda alta capacidade física ou de risco.
- C) As empresas privadas não podem estabelecer uma idade máxima para seus candidatos, salvo quando a natureza da atividade, de forma técnica e indiscutível, justificar a limitação.
- D) É vedado ao Poder Público criar ou incentivar a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, por meio de estímulo a novos projetos sociais, por se tratar tal incentivo uma forma disfarçada de discriminação etária.

19. Assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa com espectro autista não é considerada pessoa com deficiência na legislação brasileira, nos termos da Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015.
- B) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, exceto quando há exigência de aptidão plena.
- C) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- D) A lei instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. A utilização do símbolo dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, eventualmente solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente, pois tal exigência descredibiliza a pessoa com deficiência, caracterizando, assim, discriminação.

20. Assinale a alternativa correta.

- A) O Decreto Nº 12.122, DE 30 DE JULHO DE 2024 institui Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, com finalidade de enfrentar todas as formas de violências decorrentes das relações de trabalho, em especial o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação, por meio de:
- I. ações coordenadas de prevenção do assédio e da discriminação, por intermédio de estratégias educativas que abordem a formação e a sensibilização de agentes públicos;
 - II. gestão humanizada nos espaços institucionais, físicos ou virtuais;
 - III. avaliação permanente do ambiente organizacional para assegurar que as ações coordenadas de prevenção de que trata o inciso I promovam as mudanças desejadas;
 - IV. destinação de espaços e criação de mecanismos para promover o acolhimento, a escuta ativa, a orientação e o acompanhamento das pessoas afetadas por assédio e discriminação;
 - V. proteção às pessoas denunciantes contra ações praticadas em retaliação ao exercício do direito de relatar;
 - VI. garantia do sigilo dos dados pessoais dos envolvidos nas denúncias em relação a terceiros, até a instauração formal do processo;
 - VII. procedimentos administrativos disciplinares que resguardem a vítima, em todas as suas fases, com vistas a evitar a revitimização; e
 - VIII. estruturação de instâncias que garantam a efetividade do Programa, com vistas a promover a integração entre as ações dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, parágrafo único.
- B) A Lei Nº 14.540 de 3 de abril de 2023 institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. O Programa aplica-se a todas as instituições privadas em que haja a prestação de serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação.
- C) Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência, nos termos da legislação, concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.
- D) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, mesmo que para esse fim tenha de utilizar o patrimônio comum do casal, nos casos de coabitação da vítima com o agressor. Entretanto, os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo Estado.

21. A aceitação de um princípio contábil resulta da análise da realidade feita por entidades de classe, comitês especializados, agências governamentais entre outros. Sobre a aceitação de um princípio contábil, é possível afirmar:
- A) A análise da praticabilidade deve preceder a da relevância apresentada por um princípio.
 - B) A análise da praticabilidade deveria considerar a relação custo-benefício de um princípio.
 - C) O entendimento de aplicabilidade depende fortemente do grau de dificuldade apresentada por um princípio.
 - D) A análise da utilidade ou relevância em termos de base para avaliação contábil é condição suficiente para aceitação de um princípio.
22. Sobre os Princípios Contábeis, assinale a alternativa correta.
- A) O princípio da entidade, para além da distinção entre pessoas físicas e jurídicas, compreende em termos contábeis, a qualquer unidade capaz de manipular recursos e que tenda a adicionar valor aos recursos manipulados.
 - B) O princípio da confrontação das despesas com as receitas é o único fundamento do Regime de Competência.
 - C) O princípio do Custo como base de valor, em situação de acentuada flutuação de preços, pode ter o potencial de informações restringido, se associado ao conceito de correção monetária.
 - D) Pelo princípio da realização os lucros auferidos são reconhecidos durante o processo de produção.
23. Assinale a alternativa que apresenta os requisitos que, simultaneamente, caracterizam um ativo.
- A) Bens ou direitos; propriedade da empresa, exclusivamente; mensurável fisicamente; benefícios presentes ou futuros.
 - B) Bens ou direitos; propriedade da empresa, excepcionalmente; mensurável arbitrariamente; benefícios presentes e futuros.
 - C) Bens ou direitos; propriedade da empresa, embora haja exceções; mensurável monetariamente; benefícios presentes ou futuros.
 - D) Bens ou direitos; propriedade da empresa, eventualmente; mensurável estimativamente; benefícios presentes e futuros.
24. Quando um ativo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial?
- A) Quando for provável que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.
 - B) Quando os gastos incorridos não proporcionam a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente.
 - C) Quando além de ser mensurado com confiabilidade, representa a liquidação futura de obrigações contraídas pela entidade no presente.
 - D) Quando for possível desvincular, de forma confiável, esse ativo de um aumento de receitas ou diminuição de despesas.
25. Na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício, o item que corresponde à definição “*ganhos ou perdas que decorram de transações que não constituam as atividades ordinárias de uma entidade, mas que não se enquadrem entre as operações descontinuadas*” é:
- A) Lucro líquido operacional.
 - B) Outros resultados abrangentes.
 - C) Ajustes de avaliação patrimonial.
 - D) Outras receitas e despesas de operações continuadas.

26. Assinale a alternativa que apresenta uma conta pertencente ao Passivo.
- A) Debêntures.
 - B) Impostos a recuperar.
 - C) Ações em Tesouraria.
 - D) Despesas antecipadas.
27. Leia as afirmativas sobre os métodos de custeio, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F), e assinale a alternativa correta.
- I. Custeio direto também conhecido por custo direto é um método não aceito pelo Fisco.
 - II. No custeio por absorção apenas os custos fixos são apropriados ao custo do produto.
 - III. O custeio variável distribui os custos fixos aos produtos por meio de critérios de rateio.
 - IV. As despesas fixas e variáveis são incluídas no custo dos produtos pelo custeio por absorção.
- A) Apenas III é verdadeira.
 - B) Apenas I e III são verdadeiras.
 - C) Apenas II e IV são verdadeiras.
 - D) Apenas I, II e IV são verdadeiras.
28. Sobre a classificação dos custos, assinale a alternativa correta.
- A) Os custos indiretos não podem ser apropriados aos produtos.
 - B) Os custos variáveis são aqueles que variam quando a produção estagna.
 - C) Os custos fixos não variam mesmo diante de grandes oscilações na produção.
 - D) Os custos diretos são apropriados diretamente ao produto desde que exista uma medida de consumo.
29. *“Engloba todas as operações que resultem de débitos e créditos de natureza financeira não só das compreendidas, como das não compreendidas na execução orçamentária que serão objeto de registro e controle contábil”.*
- De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, esta descrição corresponde a qual sistema?
- A) Contábil.
 - B) Financeiro.
 - C) Patrimonial.
 - D) Orçamentário.
30. Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, compete à contabilidade:
- A) Aprovar o quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
 - B) Exercer o controle da execução orçamentária, com o objetivo de verificar a probidade da administração, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei do orçamento.
 - C) Organizar e publicar o balanço consolidado das contas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro idêntico baseado em dados orçamentários.
 - D) Proceder à tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos, ressalvada a competência do Tribunal ou órgão equivalente.
31. Sobre o orçamento público, assinale a alternativa correta.
- A) No seu conteúdo são autorizadas (fixadas) as receitas e estimadas as despesas para o exercício a que se referir.
 - B) Está inserido no processo previsto na Constituição Federal que tem início com o Plano plurianual emanado do Poder Executivo.
 - C) Trata-se de uma lei elaborada pelo Poder legislativo com vistas a disciplinar o cumprimento das políticas públicas estabelecidas pelo Poder Executivo.
 - D) Lei que estabelece as políticas públicas que nortearão a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

32. Analise as afirmativas sobre as Demonstrações Contábeis e Relatórios Fiscais, consoante o MCASP 2025, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F), e assinale a alternativa correta.

- I. O objetivo das Demonstrações Contábeis é o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação visando a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- II. O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais são a base para elaboração dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quais sejam, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
- III. Os relatórios são utilizados principalmente, para analisar opções de política fiscal; definir essas políticas e avaliar os seus impactos; determinar o impacto sobre a economia; e comparar os resultados fiscais nacional e internacional.
- IV. Os Balanços Orçamentário e Financeiro compreendem o registro e evidenciação da composição patrimonial e do ente público, pelo que observam os princípios e as normas contábeis voltados ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos.

- A) Apenas I é verdadeira.
- B) Apenas I e III são verdadeiras.
- C) Apenas I e IV são verdadeiras.
- D) Todas são verdadeiras.

33. Associe as contas da coluna 1 à respectiva função, na coluna 2, de acordo com o PCASP 2026, e assinale a alternativa com a sequência correta.

- | | | |
|--|-----|---|
| 1. Devedores por financiamentos concedidos | () | Compreende/registra valores de débitos fiscais relativos a diferenças intertemporais correspondente ao IRPJ, CSSL, PIS/PASEP e Cofins. |
| 2. Passivo Fiscal diferido | () | Compreende/registra os compromissos exigíveis a curto prazo decorrentes da incidência de tributos para os quais não haja contas específicas. |
| 3. Transferências fiscais a curto prazo | () | Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. |
| 4. Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo | () | Registra créditos a receber provenientes de financiamentos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos. |

- A) 1, 3, 4, 2.
- B) 2, 3, 1, 4.
- C) 2, 3, 4, 1.
- D) 4, 2, 1, 3.

34. A qual categoria de créditos adicionais pertence a seguinte descrição: “*destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica*”?

- A) Créditos especiais.
- B) Créditos a descoberto.
- C) Créditos suplementares.
- D) Créditos extraordinários.

35. A Constituição Federal no artigo 165, § 5º estabelece que a lei orçamentária deverá compreender o orçamento, fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social. Assinale a alternativa que apresenta o conteúdo do orçamento fiscal.
- A) Abrange todas as receitas e despesas projetadas para o exercício financeiro a que se refere à LOA de todos os órgãos, fundos, fundações e autarquias vinculadas à saúde, previdência e assistência social.
 - B) Abrange todas as receitas e despesas projetadas para o exercício financeiro a que se refere à LOA das empresas em que a União, os Estados e os Municípios detenham direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
 - C) Abrange todas as receitas e despesas projetadas para o exercício financeiro a que se refere à LOA, relativas à Administração direta da esfera federal.
 - D) Abrange todas as receitas e despesas projetadas para o exercício financeiro a que se refere à LOA, relativas aos Poderes legislativo e executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
36. Com base na classificação das Receitas, associe a segunda coluna à primeira e assinale a alternativa com a sequência correta.
- | | | |
|-----------------------|-----|--------------------------|
| 1. Receita corrente | () | Multas de juros e mora |
| 2. Receita de capital | () | Alienação de bens móveis |
| | () | Receitas imobiliárias |
| | () | Receita industrial |
- A) 1, 1, 2, 2.
 - B) 1, 2, 1, 2.
 - C) 1, 2, 1, 1.
 - D) 2, 1, 2, 1.
37. Com base na classificação e descrição das Despesas, associe a segunda coluna à primeira e assinale a alternativa com a sequência correta.
- | | | |
|-----------------------|-----|-----------------------------------|
| 1. Despesa corrente | () | Material permanente |
| 2. Despesa de capital | () | Obras e instalações |
| | () | Pessoal e encargos sociais |
| | () | Despesas de exercícios anteriores |
- A) 1, 1, 2, 2.
 - B) 1, 2, 1, 1.
 - C) 1, 2, 2, 2.
 - D) 2, 2, 1, 1.
38. O acompanhamento ou análise da execução orçamentária e financeira se faz necessário devido à possibilidade de alterações no fluxo dessas receitas e despesas. A análise da execução orçamentária conta com a obrigatoriedade estabelecida no artigo 165 da Constituição Federal. A execução financeira com o advento das metas fiscais, do maior controle do gasto público tanto para equilibrar orçamentos como para indicar transparência dos compromissos governamentais também encontra dispositivos legais que permitem seu acompanhamento. Assinale a alternativa que apresenta exclusivamente, dispositivos legais com essa condição.
- A) Lei 4.320/64; DL 200/67; Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
 - B) Lei 4.320/64; Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - C) Lei. 8246/13; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei 4.320/64.
 - D) Lei 8958/94; DL 200/67; Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

39. Assinale a alternativa que apresenta as respostas que completam as lacunas corretamente.
A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada para _____ riscos e corrigir _____ capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) responsabiliza especificamente a parte da _____ por meio de um acompanhamento sistemático do desempenho. A LRF utiliza como referência para avaliar desempenho, controles direcionados para renúncia de receitas, gastos de _____, os limites de _____, a organização de sistema próprio de previdência, transferência de recursos constitucionais e voluntários e déficit primário.
- A) eliminar; falhas; gestão contábil; saúde; gastos.
B) evitar; erros; gestão orçamentária; educação; ociosidade.
C) prevenir; desvios; gestão financeira; pessoal; endividamento.
D) avaliar; impropriedades; gestão patrimonial; propaganda; arrecadação.
40. A Transparência deriva do princípio constitucional da publicidade e visa fortalecer o controle social e a cidadania. O artigo 48 da LRF trata dos instrumentos de transparência fiscal na forma de documentos e relatórios. Esses mecanismos somam-se à estrutura de controle da administração pública federal, a saber:
- A) Auditoria interna e Ouvidoria.
B) Controle Interno e Controle Externo.
C) Comissão Parlamentar de Inquérito e Tribunal de Contas.
D) Comissão de Ética e Comitê Interministerial de Governança.
41. Analise as afirmativas acerca de tributos, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa correta.
- I. As contribuições podem ser definidas como tributos que não identificam o destino da arrecadação. Dividem-se em contribuições de melhoria, especiais, parafiscais e empréstimos compulsórios.
II. A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) é uma das obrigações acessórias do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) que as empresas optantes pelo Simples deve cumprir.
III. Os impostos decorrem da capacidade contributiva dos cidadãos, enquanto as taxas resultam da utilização individualizável de serviços oferecidos pelo Estado ou do exercício do poder de polícia.
IV. A retenção do INSS ocorre quando o contratante da mão de obra por empreitada ou por regime de trabalho temporário, desconta 20% do valor pago pelo serviço e remete oportunamente ao INSS por intermédio do E-social.
- A) Apenas I é verdadeira.
B) Apenas III é verdadeira.
C) Apenas I, II e III são verdadeiras.
D) Todas são verdadeiras.
42. Em relação aos controles internos, assinale a alternativa correta.
- A) O rodízio de pessoal se revela como uma prática profundamente danosa para a segurança dos controles internos de uma entidade.
B) No setor público, os controles internos devem ser direcionados apenas para as informações financeiras, dada a responsabilidade fiscal.
C) O equilíbrio na formatação do sistema de controles internos visa evitar tanto o excesso de burocracia quanto a vulnerabilidade da entidade.
D) Na perspectiva de inibir ou reduzir os erros, fraudes e desperdícios, a norma de controle interno não necessita observar o princípio do custo-benefício.

43. Assinale a alternativa que apresenta um dos elementos do escopo da Auditoria Operacional.
- A) Inventário patrimonial.
 - B) Melhoria ou aprimoramento de práticas.
 - C) Resultados dos programas governamentais.
 - D) Fidedignidade das demonstrações contábeis.
44. Analise as afirmativas acerca Licitações e Contratos Administrativos e assinale a alternativa correta, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F).
- I. A Lei Federal 14.133/2021 aplica-se, entre outras operações, à locação de bens.
 - II. Maior desconto é um critério de julgamento que se aplica apenas às modalidades pregão e diálogo competitivo.
 - III. A Lei Federal 14.133/2021 não permite, em nenhuma condição, a contratação de empresa ou agente para assessorar agentes públicos na condução da licitação.
 - IV. No julgamento de técnica e preço, serão avaliadas as propostas técnicas e em seguida, as propostas de preços, atribuindo-se proporção máxima de 70% para a proposta técnica.
- A) Apenas III é verdadeira.
 - B) Apenas IV é verdadeira.
 - C) Apenas I e IV são verdadeiras.
 - D) Apenas I, II e III são verdadeiras.
45. Assinale a alternativa que apresenta exclusivamente princípios orçamentários derivados das normas jurídicas que integram o Manual de Contabilidade do Setor Público (MCASP).
- A) Unidade ou Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Objetividade, Legalidade, Publicidade, Transparência, Não-vinculação de receita de impostos.
 - B) Unidade ou Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Orçamento bruto, Legalidade, Publicidade, Flexibilidade, Não-vinculação de receita de impostos.
 - C) Unidade ou Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Formalidade, Orçamento bruto, Legalidade, Publicidade, Transparência, Não-vinculação de receita de impostos.
 - D) Unidade ou Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Orçamento bruto, Legalidade, Publicidade, Transparência, Não-vinculação de receita de impostos.
46. Assinale a alternativa que apresenta o termo trazido pela Lei Federal 14.133/2021 equivalente à seguinte definição: “*caracterizadora do equilíbrio financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação*”.
- A) Matriz de Riscos.
 - B) Margem Líquida.
 - C) Análise custo/benefício.
 - D) Governança de contratações.
47. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) introduziu a fase de execução da despesa denominada “em liquidação”, visando que o registro contábil no patrimônio esteja de acordo com a ocorrência do fato gerador, não do empenho. Assinale a alternativa que apresenta o lançamento a ser feito quando iniciado o processo de execução da despesa orçamentária, na fase do empenho, e se tem ciência da ocorrência do fato gerador.
- A) D - 6.2.2.2.2.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
C - 6.2.2.2.2.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
 - B) D - 6.2.2.2.2.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
C - 6.2.2.2.2.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a pagar
 - C) D - 6.2.2.2.2.xx.xx Crédito Disponível
C - 6.2.2.2.2.02.xx Crédito Empenhado a Liquidar
 - D) D - 6.2.2.2.2.01.xx Crédito Empenhado em Liquidação
C - 6.2.2.2.2.02.xx Crédito Empenhado a Liquidar

48. Analise as afirmativas acerca da Lei Federal 8.958/94 que trata das relações entre instituições federais de ensino superior com as fundações de apoio e assinale a alternativa correta, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F).

- I. Poderão ser credenciadas como fundações de apoio aquelas constituídas com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos.
- II. As IFES poderão autorizar servidores a participar de atividades realizadas pelas fundações de apoio, observadas as normas e regulamentação da IFES, sem prejuízo das suas atribuições profissionais.
- III. As fundações de apoio estão sujeitas ao credenciamento no Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com prazo de renovação determinado pela IFES.
- IV. No cumprimento das finalidades da lei, as fundações de apoio poderão utilizar bens e serviços da IFES, por meio de instrumento legal próprio e por prazo necessário à elaboração e execução de projeto de ensino, pesquisa e extensão.

- A) Apenas I é verdadeira.
- B) Apenas II e IV são verdadeiras.
- C) Apenas III e IV são verdadeiras.
- D) Apenas I, II e III são verdadeiras.

49. Serão inscritos em Restos a pagar, despesas empenhadas e não pagas no exercício financeiro. **Restos a pagar não processados** foram empenhados e estão pendentes de liquidação e pagamento; **Restos a pagar processados** foram empenhados, liquidados e estão pendentes de pagamento. Analise as proposições de lançamentos relativos ao registro de pagamento de restos a pagar processado e classifique-os de acordo com a natureza da informação gerada da seguinte forma: Patrimonial (P), Orçamentária (O), Controle (C).

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- I. D - 2.1.x.x.xx.xx Passivo Circulante
C - 1.1.1.x.x.xx.xx Caixa e equivalente de Caixa
 - II. D - 6.3.2.1.x.xx.xx RP processados a pagar
C - 6.3.2.2.x.xx.xx RP processados pagos
 - III. D - 8.2.1.1.3.xx.xx DDR comprometida por liquidação
C - 8.2.1.1.4.xx.xx DDR utilizada
- A) C, P, O
 - B) O, P, C
 - C) O, O, C
 - D) P, O, C

50. Associe o quociente de análise das demonstrações à sua respectiva descrição e assinale a alternativa com a sequência correta.

- | | | |
|--|-----|---|
| 1. Quociente de Execução Orçamentária | () | Ativo Financeiro / Passivo Financeiro |
| 2. Quociente do Dispêndio da Dívida | () | Despesa realizada-Despesa prevista / Despesa prevista |
| 3. Quociente da Situação Financeira | () | Receita Orçamentária / Despesa orçamentária |
| 4. Quociente de comportamento da execução da despesa | () | Soma da Amortização+Encargos / Receita Líquida Real |
| 5. Quociente de Equilíbrio Orçamentário | () | Despesa orçamentária fixada / Receita orçamentária prevista |

- A) 5, 2, 3, 4, 1.
- B) 4, 3, 5, 2, 1.
- C) 3, 4, 1, 2, 5.
- D) 1, 4, 3, 2, 5